

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₅

EDIÇÃO N.º 47/2020

Unidade: Reitoria

Publicado em 01 de julho de 2020

Atos do Conselho Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação: Antonio Paulo Vogel de Medeiros

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Reitora do IFRR: Sandra Mara de Paula Dias Botelho

Pró-Reitora de Administração: Regina Ferreira Lopes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Diogo Saul Silva Santos

Pró-Reitora de Ensino: Sandra Grützmacher

Pró-Reitor de Extensão: Nadson Castro dos Reis

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Fabiana Letícia Sbaraini

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretor-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Eliezer Nunes Silva

Diretor-Geral do *Campus* Amajari: George Sterfson Barros

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Maria Aparecida Alves de Medeiros

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Leila Ghedin

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria

Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- **Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.**

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- **Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.**

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- **Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.**

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

Resolução n.º 505/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020.....5.

Resolução n.º 506/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020

Resolução n.º 507/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 505/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020.

APROVA AD REFERENDUM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) EM ASSISTENTE FINANCEIRO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23231.000227.2020-99,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Assistente Financeiro em Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 26/06/2020 09:20:01.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 30430

Código de Autenticação: 2df4b6759e





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AVANÇADO BONFIM

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM ASSISTENTE FINANCEIRO - EAD

Elaborado por:

Holtton Bruno Schuertz Alves

Theresa Bernadette Morene Persaud

PORTARIA 48/2020 - DEIPEI/CAB/REITORIA/IFRR, de 12/05/2020

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220
Telefone	(95) 3624-1224
Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	Evemilia Sousa
Coordenador (a) do Projeto	Raimundo de Almeida Pereira
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	<i>Campus</i> Avançado Bonfim
Endereço	Av. Tuxaua Farias, S/N - 13 de Maio
Cidade/UF/CEP	Bonfim - RR / CEP 69380-000
Telefone	
Site da unidade	http://bonfim.ifrr.edu.br/

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Assistente Financeiro
Resolução de aprovação	
Características do Curso FIC	Formação Inicial (X) PROEJA Ensino Fundamental () PROEJAFIC 200h () Formação Continuada () PROEJA Ensino Médio ()

Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Carga Horária Total	160 horas
Número de Vagas por Turma	Boa Vista -(100) Rorainópolis-(40) Mucajaí- (40) Iracema - (40) Uiramutã - (40)
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II - (6º a 9º) - Completo
Data Início e Término	08/06/2020 a setembro de 2020
Dias da semana	Segunda a sexta
Horário	Matutino/Vespertino/Noturno
Forma de Ingresso	Processo seletivo
Turno	Integral
Regime de Funcionamento	Curso a distância
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	100% EAD

1. JUSTIFICATIVA

O profissional formado com o curso de Assistente Financeiro pode atuar em comércios, indústrias, órgãos públicos, entidades, entre outras organizações que desenvolvam atividades de auxílio na operacionalização de produtos financeiros, fluxos de caixa, organização e classificação de documento contábil, emissão de ordens de pagamento e documentos fiscais.

De acordo com o censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Bonfim-RR tem uma população de 10.943 habitantes, e, conforme dados apresentados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima (SEPLAN), a população estimada, para o ano de 2018, foi de 12.257 habitantes. Desta população, verificou-se que em 2018 o município matriculou 3.317 estudantes no Ensino Fundamental e 457 estudantes no Ensino Médio.

Conforme informações da SEPLAN sobre a economia do município de Bonfim, em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 248.000.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões de reais) e o PIB per capita alcançou R\$ 20.899,00 (vinte mil e oitocentos e noventa e nove reais). As principais atividades econômicas que se destacam são as seguintes: agropecuária, com a criação de rebanho de bovinos, galináceos e suínos; e agricultura, com a produção de arroz, soja, mandioca, melancia, milho e banana. Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, de leite e de ovos. Também possuem relevância os produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha e madeira em tora.

Quanto às informações sobre o trabalho e rendimento de Bonfim, em 2017 o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 15 e 6 de 15, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 4502 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47,7% da população nessas condições, isto o colocava na posição 9 de 15 entre as cidades do estado e na posição 1779 de 5570 entre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

É importante destacar que o município de Bonfim interliga as cidades de Manaus-AM e Boa Vista-RR a Lethem e Georgetown, estas últimas na República Cooperativista da Guiana. Além disso, Bonfim faz parte de Área de Livre Comércio (ALC) criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, a qual tem por objeto promover o desenvolvimento dessa região por meio do fortalecimento das relações comerciais entre as cidades e os países envolvidos e também pelos incentivos fiscais para implantação de indústrias.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o Campus Avançado do Bonfim-CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos com os quais contribuirá para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O *Campus* possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que a proposta justifica a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandavam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor de comércio, ainda pouco desenvolvido na cidade de Bonfim, o que frequentemente obriga os jovens a buscarem trabalho na Guiana, é o que mais absorve essas pessoas.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso de Assistente Financeiro para as pessoas que possuem o Ensino Fundamental II completo, proporcionando uma melhor qualificação profissional para aqueles que precisam ingressar no mundo do trabalho.

Portanto, a proposta deste curso é agregar valor à formação dos estudantes trabalhadores, habilitando-os para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para os seus futuros profissionais e às demandas apresentadas pelas organizações.

2. O QUE É O PROGRAMA?

Os programas de Formação Inicial e Continuada (FIC) são direcionados à formação de trabalhadores que buscam a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, bem como a elevação de sua escolaridade. Essa inserção por sua vez, deve ser produtiva e exitosa independentemente do nível de escolaridade, por isso, a formação inicial e continuada técnica, tecnológica e científica, tem como objetivo atender às demandas de mercado e setores.

O Decreto nº 5.154/2004 preconiza que uma das formas de oferta da Educação Profissional será por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social e a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores.

De maneira semelhante, a Lei nº 11.892/2008 dispõe sobre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabelece que é um dos objetivos a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, “objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. No IFRR, a oferta de cursos é regulamentada por resolução própria.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com competências e habilidades pertinentes a função de Assistente Financeiro, para atuarem em diversas organizações da região, buscando suprir as demandas do mercado de trabalho.

3.2. Objetivos Específicos

- Compreender sobre as funções do assistente financeiro no que diz respeito às atividades de operacionalização.
- Constituir uma formação técnica e qualificada, juntamente com a formação ética e cidadã.
- Desenvolver habilidades de manipular as ferramentas financeiras.
- Desenvolver habilidades de manutenção de fluxo de caixa.
- Desenvolver habilidades de trabalhar com orçamento empresarial.

4. PÚBLICO ALVO

O curso de Assistente Financeiro, na modalidade a distância, é destinado a estudantes e/ou trabalhadores que tenham o Ensino Fundamental II completo, para atender a demanda do mercado de trabalho nos municípios de Roraima.

5. METODOLOGIA

O curso FIC em Assistente Financeiro será ofertado na modalidade de Educação a Distância, e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata da Educação à Distância no âmbito da educação nacional. Para tanto, o curso utilizará de Tecnologias da Informação e Comunicação para seu desenvolvimento, sendo que todo o curso será à distância.

A principal ferramenta para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, o qual já é utilizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, para oferta de cursos. Nesse ambiente, ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para curso.

O desenvolvimento do Curso FIC será baseado, em aulas expositiva dialogada, reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, visando participação do estudante no processo ensino-aprendizagem. Logo, a fim de permitir o desenvolvimento das competências e habilidades, os docentes poderão utilizar da combinação de várias estratégias didático-pedagógicas, conforme preconiza a Organização Didática em vigor (IFRR, 2018), entre as quais:

- I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- II. Resumos;
- III. Lista de discussão por meios informatizados;
- IV. Filmes;
- V. Uso de tecnologias de informática;
- VI. Solução de problemas;
- VII. Resolução de exercícios;
- VIII. Discussões e debates;
- IX. Pesquisa direcionada;

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e

será prevista no plano de ensino a ser entregue por cada docente, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Considerando que todo indivíduo possui experiências constituídas por meio das diversas vivências em sociedade, é importante que os docentes conheçam os saberes e as habilidades que os estudantes desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano.

O curso está organizado em módulo único, com uma (carga horária) total de 160 horas.

6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

O Curso FIC de Assistente Financeiro, na modalidade à distância, ofertado pelo IFRR/*Campus* Avançado Bonfim é destinado a estudantes e/ou trabalhadores com Ensino Fundamental II completo do município.

O ingresso no curso dar-se-á por meio de edital de processo seletivo público, classificatório e não eliminatório aberto à comunidade, conforme define a Resolução n.º 471 – Conselho Superior do IFRR, de 17 de outubro de 2019.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

O Assistente Financeiro é um profissional que auxilia no processo de planejamento e controle de finanças; apoia o processo decisório com base em indicadores financeiros; opera os instrumentos para análise de riscos e crédito e de operações bancárias, auxilia nas atividades e na operacionalização dos fluxos de caixa, organização e classificação de documento contábil, emissão de ordens de pagamento e documentos fiscais. Sua atuação deve primar pela segurança, das pessoas e materiais, sob sua responsabilidade, bem como focar na produtividade e nos processos por ele geridos, visando eficiência, redução de custos, e melhoria do atendimento ao cliente, interno e externo. Faz parte da formação continua deste profissional sua continua atualização, tendo em vista, sobretudo a recorrência das novas tecnologias no mercado de trabalho, para que este possa, em consonância com o tempo presente, enfrentar os desafios por ele apresentado.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura da matriz curricular está organizada de modo a facilitar o entendimento dos princípios teóricos e práticos para desenvolver a atividade de Assistente Financeiro. O curso FIC Assistente Financeiro é constituído por 07 (sete) componentes curriculares totalizando carga horária de 160h.

8.1. Matriz Curricular

O curso será ofertado na modalidade de Educação a Distância, e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata da Educação a Distância no âmbito da educação nacional.

A ferramenta principal para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o

Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE. O curso possui uma carga horária total de 160 horas, distribuídas em 7 (sete) componentes curriculares.

Tabela 01: Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: Gestão e Negócios	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Ambientação em AVA	10h
Português Instrumental	20h
Sistemas de Informação Administrativos	20h
Técnicas de Atendimento ao cliente, ética e trabalho.	20h
Fundamentos de Administração Financeira	30h
Administração Financeira	30h
Rotinas Financeira	30h
Total da carga horária dos Componentes Curriculares	160h

8.2. Ementas

Componente Curricular: Ambientação em AVA	Carga horária: 10h
Ementa: Uso de tecnologias e novas ferramentas voltadas para a educação a distância, e aproximação e domínio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFRR/EAD utilizado para realização do curso.	

Bibliografia Básica:

FREITAS, M. T. A. (Org.). Cibercultura e Formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

MORAES, U. C. Tecnologia educacional e aprendizagem: o uso dos recursos digitais. São Paulo: Livro Pronto, 2008.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Lúcia Regina Rodrigues. EaD Virtual: entre teoria e prática. 2ª edição. Assis:

Triunfal Gráfica e Editora, 2011.

MOTTA, Rosa A. S. M. et al. Gestão da Tecnologia da Informação em ambientes

Educacionais: um relato da experiência de implantação de curso de especialização

lato sensu. Resende, RJ: VII SEGeT, 2010.

NETTO, Carla. Interatividade em ambientes virtuais de aprendizagem. In: FARIA, Elaine Turk. Educação presencial e virtual: espaços complementares essenciais na

escola e na empresa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza. A avaliação do aprendiz em EaD. In: Educação

a distância: o estado da arte. LITTO, Frederic Michael. São Paulo: PEARSON EDUCATION DO BRASIL, 2009.

ZAGO, M. F.; BAIRRAL, M. A. Tecnologias da Informação e da Comunicação e os

projetos de trabalho online. Norte Científico, v.5, n.1, p. 70- 87, dezembro de 2010.

Disponível

em:

[http://www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/](http://www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/view/98/92)

[view/98/92](http://www.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/view/98/92). Acessado em: 27/09/2019.

Caderno Temático do PROEDU.

Componente Curricular: Português Instrumental	Carga horária: 20h
Ementa: A redação oficial e empresarial. Qualidades e características fundamentais de textos empresariais. O que evitar na produção de textos empresariais. Expressões de tratamento e vocativos. Abreviaturas de títulos, postos e formas de tratamento. Documentos empresariais em espécie: e-mail, aviso, bilhete, pauta de reunião, ata, atestado, declaração, circular, memorando, ofício, recibo, carta comercial, relatórios. Técnicas básicas de oratória.	

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria M. DE. HENRIQUES, Antonio. Língua portuguesa: noções básicas para concursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor. José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. - Brasília: Presidência da República, 2002. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm

GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação Empresarial. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BORGES, Márcia M. e NEVES, Maria Cristina B. *Redação empresarial*. Rio de Janeiro: SENAC, 1997.

FIORIN, José Luís e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 1990.

Caderno Temático do PROEDU.

Componente Curricular: Sistemas de Informação Administrativos	Carga horária: 20 h
--	----------------------------

Ementa: Noções básicas de informática. Comunicação empresarial utilizando a informática. O uso do telefone, e-mail e redes sociais no ambiente de trabalho. Internet. Sistema de informações em estoque. Automação na movimentação e armazenagem.

Bibliografia Básica:

CORNACHIONE JUNIOR, E. B. Informática aplicada às áreas de administração, contabilidade e economia. Livro Texto. 4 ed. São Paulo, Atlas. 2012.

SANTOS, A. A. Informática na empresa. 5 ed. São Paulo, Atlas. 2009.

FRYE, C. Microsoft Excel 2010 - Série Passo a passo. Porto Alegre: Bookman. 2011.

VIEIRA, A. S Excel 2010 - Guia Prático e Visual. São Paulo, Alta Books. 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, W. P. INFORMÁTICA - Microsoft Office Word 2010 E Microsoft Office Excel 2010. Editora Érica: São Paulo. 2012.

COX, J. e LAMBERT, J. Microsoft Powerpoint 2010. Porto Alegre: Bookman. 2011.

SILVA, M. G. INFORMATICA -Terminologia - Windows 7 - Internet - Segurança - EXCEL

2010 - WORD 2010. Editora Érica: São Paulo. 2011.

BARROS, M. S. M. Access 2010. Editora SENAC SP: São Paulo. 2010.

Caderno Temático do PROEDU.

Componente Curricular: Técnicas de Atendimento ao cliente, ética e trabalho.	Carga horária: 20 h
<p>Ementa: Introdução ao Atendimento. Atendimento Personalizado. Técnicas e tipos de atendimento ao cliente. Qualidade no Atendimento. A integração, trabalho, vida, conhecimento e sociedade. Ética, trabalho e cidadania. O exercício da profissão e o senso crítico. Contrato e Relação Individual e Coletiva de Trabalho e Relação de Emprego. Orientação profissional acerca da qualificação do curso, seus status no mundo do trabalho, possibilidades de carreira e atuação, formação continuada. Considerações sociais da profissão: dúvidas e preconceitos.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>GUIMARÃES, Márcio Eustáquio. O Livro Azul da Secretária Moderna. 24. ed. São Paulo: Érica, 2010.</p> <p>MAZULO, Roseli. LIENDO, Sandra. Secretária; Rotina gerencial, habilidades comportamentais e plano de carreira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2013.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Hernandez, Sonia. Manual da Secretária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>DORNELLES, J. R. W. O que são direitos humanos. 2.ed. São Paula: Brasiliense, 1993.</p> <p>VALLS, Álvaro. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>AZEVEDO, Ivanize, COSTA, Sylvia Ignácio da. Secretária: um guia prático. 6ª ed. São Paulo: SENAC, 2014.</p> <p>GERSON, Ricard F. A excelência no atendimento a clientes: mantendo seus clientes por toda a sua vida: programas eficazes para manter seus clientes, 2012.</p> <p>VEIGA, Denize Rachel. Guia de Secretariado: técnicas e comportamento. 2. ed. São Paulo: Érica, 2009</p> <p>MIRANDA, Danilo Santos de (org.) Ética e Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2011.</p> <p>VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. Ética. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p> <p>Caderno Temático do PROEDU.</p>	

Componente Curricular: Fundamentos de Administração	Carga horária: 20 h
<p>Ementa: Planejamento Financeiro. Instituições Financeiras. Noções de balanço patrimonial, contas de resultado e tributos. Planejamento orçamentário. Aplicações financeiras.</p>	

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier. 7ªed. 2003.

JOHNSTON, Robert e CLARK, Graham. **Administração de operações de serviço**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de vendas**. 8ª. edição. São Paulo. Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LACOMBE, Francisco J. Masset. HEILBORN, Gilberto L. José. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZULO, Roseli. **Secretária: rotina gerencial, habilidades comportamentais e plano de carreira**. São Paulo: SENAC-SP, 2010.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração**. Ed. compacta. São Paulo: Atlas, 2006.

Caderno Temático do PROEDU.

Componente Curricular: Administração Financeira	Carga horária: 20 h
Ementa: Caixa. Contas a pagar. Contas a receber. Títulos de crédito. Qualidade de crédito e cobrança. Fluxo de caixa previsto. Fluxo de caixa realizado. Noções de matemática financeira.	
Bibliografia Básica:	
BAUER, U. R. Matemática Financeira Fundamental. São Paulo: Atlas, 2009.	
OLIVEIRA, Michelle Silva de. Noções de contabilidade básica para cursos técnicos / Michelle Silva de Oliveira; Sherley Cabral Moreira. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.	
MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15.ed., São Paulo: Atlas, 2009.	
Bibliografia Complementar:	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações. Ática, 2008.	
GIOVANNI, José Rui, BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI, José Rui Jr. Matemática Fundamental: uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2002.	
IEZZI, Gelson ...[et al]. Matemática: Ciência e Aplicação. São Paulo: Atual, 2007.	
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica e Fácil. 21.ed., São Paulo: Saraiva, 1997.	
BALLOU, Ronald. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 1993	
Caderno Temático do PROEDU.	

Componente Curricular: Rotinas Financeiras	Carga horária: 20 h
<p>Ementa: Verificação e conciliação de contas. Fluxo de Caixa. Orçamento previsto (previsões de recebimento e gastos). Orçamento realizado (recebimentos e gastos reais).</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>OLIVEIRA, Michelle Silva de. Noções de contabilidade básica para cursos técnicos / Michelle Silva de Oliveira; Sherley Cabral Moreira. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15.ed., São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica e Fácil. 21.ed., São Paulo: Saraiva, 1997. BALLOU, Ronald. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 1993 DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações. Ática, 2008.</p> <p>GIOVANNI, José Rui, BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI, José Rui Jr. Matemática Fundamental: uma nova abordagem. São Paulo: FTD, 2002.</p> <p>IEZZI, Gelson ...[et al]. Matemática: Ciência e Aplicação. São Paulo: Atual, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Michelle Silva de; MOREIRA, Sherley Cabral. Noções de contabilidade básica para cursos técnicos. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p> <p>Caderno Temático do PROEDU.</p>	

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação deverá contemplar o desempenho do estudante na constituição das competências e habilidades requeridas para o exercício profissional. Os estudantes com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

Conforme estabelece a Resolução n.º 471 - Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Por meio da combinação de no mínimo dois e no máximo cinco dos seguintes instrumentos:
 - a) Observação contínua;
 - b) Elaboração de portfólio;
 - c) Trabalhos individuais e/ou coletivos;
 - d) Avaliações escritas;
 - e) Resolução de exercícios;

f) Relatórios;

O docente também poderá levar em consideração no processo de avaliação da aprendizagem do estudante, além do conhecimento específico, os seguintes aspectos:

I - comportamento;

II - assiduidade e pontualidade;

III - proatividade;

IV - valores morais e éticos;

V - espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro bem ao bem comum.

A evolução da aprendizagem do estudante será registrada no Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA e em diários de classe do sistema acadêmico institucional, onde será registrada a trajetória de cumprimento das atividades previstas do componente curricular.

A utilização do Moodle é uma ferramenta da Educação a Distância facilitadora para a avaliação do discente, assim, o professor fará uso, de acordo com seu planejamento e ementa do componente curricular, dos diversos recursos tais como: chat; fóruns de discussão; bate papos; atividades de envio de arquivos; questionários; hipertextos; atividades off-line; on-line; wiki; glossários; sopa de palavras; cruzadinhas; avaliações dentre outras.

Será considerado aprovado por média o discente de obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária. Os alunos com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Quadro 01: Estrutura Física do *Campus* Avançado Bonfim

Ambiente	Composição
Ambiente Administrativo	Banheiros para Servidores
	Banheiros para estudantes
	Copa e Refeitório
	Guarita e Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Sala da Coordenação de Registros Escolares (CORES)

Ambiente Pedagógica	Sala da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.
	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

Quadro 02: Equipamentos Disponíveis para o Curso

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
DVD	05
Data Show	05
Notebook	05
Computador	35
Televisão	05
Arquivo de Aço Vertical	10
Armário de Aço	10

11. PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Curso FIC em Assistente Financeiro será composto por professores formadores selecionados em edital do IFRR com formação pertinente ao curso, apresentados no Quadro 03.

Quadro 03: CORPO DOCENTE

COMPONENTES CURRICULARES	FORMAÇÃO	Quantidade
Ambientação em AVA	Profissional com Graduação ou Tecnólogo em Ciência da Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Sistema de Informação e áreas afins, com experiência em Ambiente Virtual de Aprendizagem e/ou capacitação em EaD.	01
Português Instrumental	Profissional com Licenciatura em Letras - habilitação em Português com capacitação em EAD ou experiência em Educação a Distância.	01

Sistemas de Informação Administrativos	Profissional com Graduação em Informática ou Sistema de Informação ou Graduação em Tecnologia da Informação, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	01
Técnicas de Atendimento ao cliente, ética e trabalho.	Profissional com Graduação em Administração ou Graduação em Secretariado ou Graduação em Gestão Pública, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	01
Fundamentos de Administração Financeira	Profissional com Graduação em Administração ou Graduação em Contabilidade ou Graduação em Economia ou Graduação em Gestão Pública ou Tecnologia em Gestão Financeira, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	01
Administração Financeira	Profissional com Graduação em Administração ou Graduação em Contabilidade ou Graduação em Economia ou Graduação em Gestão Pública ou Tecnologia em Gestão Financeira, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	01
Rotinas Financeira	Profissional com Graduação em Administração ou Graduação em Contabilidade ou Graduação em Economia ou Graduação em Gestão Pública ou Tecnologia em Gestão Financeira, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	01
TOTAL		07

12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO

Os alunos que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o Certificado de Qualificação Profissional em: Assistente Financeiro.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.741, de 16/07/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL, 2017. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019-2023. 2019.

_____. Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019. Aprova a reformulação do regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFRR.

_____. Resolução n.º 338, de 1º de fevereiro de 2018. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e Conhecimento**. São Paulo: Freitas Bastos, 1983.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Assistente Financeiro Modalidade Presencial** – IFNMG. Montes Claros/MG – 2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades@ Roraima**>> Bonfim. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/bonfim/panorama>. Acesso em: 20 de maio.2020.

SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim** – RR 2014. 4. ed. Boa Vista: DIEP/SEPLAN, 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B4pFSFeFTRcjUktMeDhodVdQTVE>>. Acesso em: 20 maio 2020.

APRECIÇÃO / APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO / PROGRAMA / ATIVIDADE

PARECER DA COORDENAÇÃO DO CURSO FIC: ASSISTENTE FINANCEIRO

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

(X) Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data: 27 de maio de 2020

Nome: Raimundo de

Almeida Pereira

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste Campus, é de parecer:

(X) Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data: 27 de maio de 2020
Bento

Nome: Fredson Baraúna

PARECER DA DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO *CAMPUS*

Esta Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DIEPEI), considerando os pareceres anteriores é de parecer:

(X) Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão

Data: 27 de maio de 2020

Nome: Evemilia Sousa

Documento assinado eletronicamente por:

- Fredson Barauna Bento, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - CD4 - DAP (CAB), em 28/05/2020 12:49:09.
- Raimundo de Almeida Pereira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 28/05/2020 12:38:42.
- Evemilia Sousa, DIRETOR - CD3 - DIEPEI (CAB), em 27/05/2020 22:20:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/05/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 25299
Código de Autenticação: 7297f2003d



Documento Digitalizado Público

FIC_PPC_Assistente Financeiro

Assunto: FIC_PPC_Assistente Financeiro
Assinado por: Evemilia Sousa
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Evemilia Sousa, DIRETOR - CD3 - DIEPEI (CAB)**, em 28/05/2020 13:38:19.

Este documento foi armazenado no SUAP em 28/05/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1083

Código de Autenticação: 11ee2f947a





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 506/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020.

APROVA AD REFERENDUM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA-FIC DE AGENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23254.000064.2020-86,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Agente de Proteção Social Básica em Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 26/06/2020 09:20:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 30406

Código de Autenticação: 752679c643



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Projeto Pedagógico de Formação Inicial e Continuada Agente de Proteção Social Básica

Modalidade a Distância

**Amajari-RR
2020**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Ediléia Sousa Araújo
Ana Maria Alves de Souza
Edivânia de Oliveira Santana
Francisco do Nascimento Moura
Rafael Pereira Barros
Luciana da Silva Barros
Maria Aparecida Xavier Silva
Pierlangela Nascimento da Cunha

Portaria nº 168/2020-GAB/DG/CAM/REITORIA/IFRR de 12/05/2020.

Sumário

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
2. APRESENTAÇÃO.....	5
3. JUSTIFICATIVA	5
4. OBJETIVO GERAL	6
4.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
5. PÚBLICO ALVO.....	7
6. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO.....	7
7. METODOLOGIA	7
8. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO.....	8
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	8
9.1. MATRIZ CURRICULAR.....	9
9.2 EMENTÁRIO.....	10
10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	17
11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	19
12. PESSOAL DOCENTE ENVOLVIDO NO CURSO.....	19
13. CERTIFICADOS.....	20
14.REFERÊNCIAS.....	20

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11, Bairro Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista/RR/69.301- 090
Telefone	
Diretor/Coordenador (a) de Extensão nos <i>Campus</i>	Rafael Pereira Barros
Coordenador (a) do Projeto	Ediléia Sousa Araújo
Site de Instituição	www.ifrr.edu.br

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0004-84
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – <i>Campus Amajari</i>
Endereço	Rodovia Antônio Menezes da Silva, Km 03
Cidade/UF/CEP	Amajari/RR/CEP 69.343-000
Telefone	(95) 3593-1143 e (95) 3593-1119
Site de Instituição	http://www.amajari.ifrr.edu.br/

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Agente de Proteção Social Básico
Resolução de aprovação	
Classificação do Curso FIC	Formação Inicial (x) Formação Continuada ()
PROEJAFIC 200h (FIC)	PROEJA Ensino Fundamental () PROEJA Ensino Médio ()
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária Total	240 horas
Número de Vagas por Turma	40 alunos em cada polo (Pacaraima, Uiramutã e Rorainópolis) e 80 Boa Vista
Escolaridade mínima	Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) Completo
Data Início e Término	08/06/2020 a 28/08/2020

Dias da semana	Segunda a Sexta
Horário	Matutino/Vespertino/Noturno
Forma de Ingresso	Processo seletivo conforme requisitos estabelecidos pelo edital
Turno	Matutino/Vespertino/Noturno
Modalidade da Oferta	Distância
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	100% EaD

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) *Campus* Amajari apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e continuada (FIC) em Agente de Proteção Social Básica, na modalidade Educação a distância (EAD), com carga horária total de 240 horas.

O presente Projeto Pedagógico tem uma proposta curricular baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais da educação profissional e tecnológica brasileira, explicitadas na LDB nº 9.394/96 e atualizada pela Lei nº 11.741/08, e demais resoluções que normatizam a Educação Profissional brasileira, mais especificamente a que se refere à formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

Este projeto está norteado pelos quatro pilares da Educação para o século XXI: Aprender a Conhecer, Aprender a Conviver, Aprender a Ser e Aprender a Fazer, na busca de ser instrumento de promoção de competências necessárias para a formação técnica e humana visando neste sentido beneficiar jovens e adultos que atendam requisitos estabelecidos neste documento.

3. JUSTIFICATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Amajari (IFRR/CAM) está localizado, no município de Amajari que fica à 156 km da capital, Boa Vista, Estado de Roraima. O município possui percentual elevado de extrema pobreza, com dificuldades estruturais, econômicas e sociais.

Diante disso e levando em consideração o contexto atual, faz - se necessário ações de intervenção em favor da comunidade, promovendo a qualificação, requalificação e o

desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação profissional. Desta forma o curso de formação inicial e continuada FIC, Agente de Proteção Social Básica, buscará atender as demandas sócios-educacionais e possibilitar, aos jovens e adultos que participarem do curso, a realização de ações de prevenção de situações de risco e vulnerabilidade Social.

Face às considerações, o Plano de ação para oferta do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/*Campus* Amajari, está sendo elaborado em consonância com a Resolução N° 471 do Conselho Superior, que regulamenta as normas para o desenvolvimento de cursos FIC pelo IFRR. Sendo este documento, fundamentado nas bases legais, nos princípios norteadores e níveis de ensino explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, bem como, no Decreto 5.154/2004, Resolução CNE/CEB no 1/2004, nos Referenciais Curriculares e demais resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do sistema educacional brasileiro e na legislação brasileira.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

Promover a formação inicial e continuada no curso em Agente de Proteção Social Básica com foco em ações preventivas preparando-os para atuar no âmbito dos programas e projetos de assistência social, que vise à prevenção de situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência.

4.2 Objetivos Específicos

- Capacitar profissionais para atuação e intervenção em situações de vulnerabilidade social;
- Despertar no estudante e futuro egresso a busca de seus direitos sociais para atuar na assistência social e no desenvolvimento de projetos de acolhimento;
- Executar ações de acolhimento, junto a indivíduos em situação de vulnerabilidade social
- Proporcionar nos alunos melhor atuação na assistência social, oportunizando resultados efetivos e sustentáveis;

5. PÚBLICO-ALVO

Para ingresso no curso de qualificação em Agente de Proteção Social Básica o candidato deverá ter concluído o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) – Completo, podendo ser estudantes e servidores do IFRR, e candidatos da comunidade externa.

6. REQUISITOS E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

A admissão no curso dar-se-á por meio de edital de processo seletivo público, classificatório e não eliminatório aberto à comunidade, conforme define a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019. Poderá participar no processo seletivo candidato com idade a partir dos 18 anos (dezoito) e o ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) completo.

7. METODOLOGIA

O curso FIC, Agente de Proteção Social Básica, será ofertado 100% on-line na modalidade de Educação a Distância, e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata da educação à distância no âmbito da educação nacional. Para tanto, o curso utilizará de Tecnologias da Informação e Comunicação para seu desenvolvimento, sendo que todo o curso será à distância

A principal ferramenta para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, o qual já tem sido utilizado por esta Instituição de Ensino. Nesse ambiente, ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para curso.

O desenvolvimento do Curso FIC será baseado, em aulas expositiva dialogada, reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, visando participação do estudante no processo ensino-aprendizagem. Logo, a fim de permitir o desenvolvimento das competências e habilidades, os docentes poderão utilizar da combinação de várias estratégias didático-pedagógicas, conforme preconiza a Organização Didática em vigor (IFRR, 2018), entre as quais:

- I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);
- II. Resumos;
- III. Lista de discussão por meios informatizados;
- IV. Filmes;
- V. Uso de tecnologias de informática;
- VI. Solução de problemas;

VII. Resolução de exercícios;

VIII. Discussões e debates;

IX. Pesquisa direcionada;

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino a ser entregue por cada docente, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Considerando que todo indivíduo possui experiências constituídas por meio das diversas vivências em sociedade, é importante que os docentes conheçam os saberes e as habilidades que os estudantes desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano.

8. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Obter conhecimento de legislação pertinente aos Direitos Sociais e dos serviços prestação de proteção social básica e especial vinculados à política de assistência social no Brasil.

Realizar ações de prevenção de situações de risco social e pessoal de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ameaças e risco de violência em programas e projetos de assistência social. Aborda, sensibiliza e identifica necessidades e demandas. Desenvolve atividades e tratamento.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O desafio de formar profissionais competentes com foco na cidadania, na humanização dos sujeitos e formação técnica e científica requer como fundamento uma concepção de ensino que privilegie o (re)conhecimento da realidade, a análise reflexiva sobre essa realidade para, a partir daí, agir para transformá-la ou indicar caminhos para a superação das dificuldades.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o currículo contemple não apenas a formação em termos do saber acadêmico em si mesmo, mas que também seja pautado na perspectiva da formação do estudante como sujeito social, que busca compreender criticamente o mundo e o lugar onde vive como realidades inseparáveis.

Tendo em vista essas premissas, o currículo foi elaborado contemplando as competências profissionais fundamentais da habilitação, com foco no perfil profissional de

conclusão, prevendo situações que levem o estudante e o professor a vivenciarem o processo de ação-reflexão-ação, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade.

Para tanto, a abordagem dos conhecimentos privilegia os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho individual e em equipe e autonomia para enfrentar diferentes desafios do mundo do trabalho com criatividade e flexibilidade.

O pleno desenvolvimento dessa proposição supõe a materialização de tais princípios na organização curricular do curso, conforme descrito a seguir.

A organização curricular do curso observará as determinações legais presentes na Lei Federal 9.394/96 e no Decreto Federal nº 5.154/2004. Também será pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional.

9.1. Matriz Curricular

Quadro 01: Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Informática Básica e Ambientação em AVA	30h
Ética e Cidadania	30h
Noções de Saúde e Segurança no Trabalho	15h
Direitos Sociais e legislação na política de Assistência Social	30h
Políticas Públicas de Assistência Social	30h
Noções de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo e economia solidária	30h
Direitos e Deveres do Trabalhador	15h
Educação Sócio-Ambiental e Sustentabilidade	15h
Trabalhos com grupos e Redes Sociais	15h
Proteção Social Básica	30h
Total da carga horária dos Componentes Curriculares	240h

9.2 Ementário:

Componente Curricular: Informática Básica e Ambientação em EaD	Carga Horária: 30h
Ementa: Conhecer noções básicas de operacionalização de um microcomputador e seus periféricos. softwares de Elaboração de Texto, de Planilha Eletrônica, Navegação Internet acessar e envio e-mail, pesquisa e armazenamento de informações de modo geral analisando e explorando sua funcionalidades e direcionando-as às atividades estudantis e profissionais. Gravar os dados em mídia pen-drive, CD/DVD anexar e enviar pelo e-mail e atividade de envio de arquivo, saber acessar e navegar na internet como suporte para suas ações e auxiliar no estudo e execução das atividades do curso e exercício de suas atribuições. Oferecer subsídios teóricos e instrumentalização das ferramentas para realização das atividades virtuais. Acesso e envio de mensagem. Envio de Mensagem no Fórum. Resposta a questionários. Envio de Texto on-line. Envio de Arquivo único. Acesso e envio de mensagens e resposta e e-mail. Respostas a jogos. Edição de Glossário. Verificação de notas. Funcionalidades acesso e participação em orientações pelo google meet. Acesso ao SUAP. Registro de chamados. Extração de documentos no SUAP. Visando que os estudantes aprendam e se tornem autônomos a utilização dos ambientes de trabalho virtuais Moodle e SUAP. Desenvolver a autonomia e capacidade de trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento. Realizar o planejamento de estudo individual. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação	
Bibliografia Básica: LIMA, A. A. Fundamentos e Práticas na EaD. Cuiabá-MT. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012. 62p. MAIA, C.; MATTAR, J. ABC da EaD: a educação a distância hoje. SP: Makron Books, 2007. WAGNER, R. Ambientação em educação a distância. Alegrete-RS. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Farroupilha, 2012. 67 p	
Bibliografia Complementar: CAMPOS, F. C. A. Cooperação e aprendizagem on-line. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. NORTON, P. Introdução a informática. São Paulo: Pearson Makron Books. 1996. MARÇULA, M.; FILHO, P.A. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Erica, 2005. TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora SENAC. 2010. ROSINI, A. M. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. São Paulo. Thomson Learning. 2007.	

Componente Curricular: Ética e Cidadania	Carga Horária: 30h
Ementa: Ética e moral: definição, campo, objetivo e seus intérpretes; Cidadania: conceito, bases históricas e questões ideológicas O Ética e cidadania no mundo do trabalho. Ética profissional. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Relações étnico-raciais.	
Bibliografia Básica: SOUZA, M. A. de. C.; Lucia C. (Orgs.). Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005. MELLO, L. M. Ética nos negócios. Ed. rev. Curitiba-PR: IESDE, 2012. CERQUIER-	

MANZINI, M. de. L. O que é cidadania. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p.108. (Coleção primeiros Passos; 50)

Bibliografia Complementar:
 SOUZA, M. A. de. C.; Lucia C. (Orgs.). Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.
 MELLO, L. M. Ética nos negócios. Ed. rev. Curitiba-PR: IESDE, 2012. CERQUIER-MANZINI, M. de. L. O que é cidadania. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p.108. (Coleção primeiros Passos; 50)

Componente Curricular: Noções Saúde e Segurança no Trabalho	Carga Horária: 15h
Ementa: Saúde do trabalhador. Riscos Ambientais. Acidentes no trabalho e doenças profissionais.	
Bibliografia Básica: BARBOSA FILHO, A.N. Segurança do trabalho e gestão ambiental . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 214 p. FERRARI, M. Curso de segurança, saúde e higiene no trabalho . Salvador: JusPodivm, 2010. 400 p. GONÇALVES, E.A. Manual de segurança e saúde no trabalho . São Paulo: LTR, 2000.	
Bibliografia Complementar: BEBBER, J.C. Segurança do trabalho & gestão ambiental . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 238p. OLIVEIRA, C. A. D. Segurança e Medicina do Trabalho . Yendis, 2009. OLIVEIRA, S.G. Proteção jurídica a segurança e saúde no trabalho . São Paulo: LTR, 2002. PIZA, F.T. Informações básicas sobre saúde e segurança no trabalho . São Paulo, 1997. SALIBA, T.M.; PAGANO, S.C.R.S. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador . 7ª ed. São Paulo: LTr, 2010, 752 p.	

Componente Curricular: Direitos Sociais e legislação na política de Assistência Social	Carga Horária: 30h
Ementa: As instituições de Direito no Brasil. Os direitos sociais nas Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. Legislação Social Brasileira e a garantia de direitos sócios assistenciais. A legislação profissional e outras legislações de interesse do Serviço Social. Noções do Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003; Noções da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006	
Bibliografia Básica: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro 1988.25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da	

Assistência Social e dá outras providências.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A menina LOAS: um processo de construção de assistência social. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

CHAVES, Antônio. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CARBONERA, Silvia Maria. O papel jurídico do afeto nas relações de família. In: Repensando o direito de família. Belo Horizonte: IBDFAM, 1999.

VIEIRA. Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

Componente Curricular: Políticas Públicas de Assistência Social	Carga Horária: 30h
Ementa : Política de Assistência Social sob a orientação do SUAS: Diretrizes da política nacional de assistência social e Eixos Estruturantes da atual Política. Aspectos históricos e teóricos da proteção social no Brasil. A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos Sociais. Funções, Princípios e Garantias da Política Nacional de Assistência Social. Noções da Política Nacional do Idoso. Noções sobre a política de saúde mental. Políticas sociais e o enfoque sociofamiliar.	
Bibliografia Básica:	
BATTINI, Odária (Org.). SUAS: Sistema Único de Assistência Social em Debate. São Paulo: Veras, 2007.	
BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.	
BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.	
Bibliografia Complementar:	
PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.	
FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1980.	

SANTOS WR. Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas? Cien Saude Colet 2011; 16(Supl. 1):787-796.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROMEIRO, Julieta. A institucionalização das políticas de combate à violência conjugal no Brasil: inovações e controvérsias. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

Componente Curricular: Noções de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo, cooperativismo e economia solidária.	Carga Horária: 30h
--	--------------------

Ementa: Características e habilidades empreendedoras e estimular a mobilização destas características. Estudo de Viabilidade. Plano de negócios articulado as potencialidades dos estudantes e as oportunidades locais. Conhecer os fundamentos, princípios e importância socioeconômica do associativismo, cooperativismo e empreendedorismo. Legislação e criação de uma associação e cooperativa. Diferenças entre uma associação e cooperativa. Organização e funcionamento das associações e cooperativas. Tipos e segmentos de associações e cooperativas.

Bibliografia Básica:

BALEM, T. A. – Associativismo e Cooperativismo. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2016. 97p. disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/sexta_etapa/arte_associativismo_cooperativismo

BRITO, A. M.; PEREIRA, P. S.; LINARD Â. P. Empreendedorismo. Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013. 96 p.

REIS JÚNIOR, F. N. & ASMAR, R. F. Empreendedorismo & vestuário. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013. 134 p

Bibliografia Complementar:

ALVES, A. R. Empreendedorismo. Santa Maria – RS. Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. 108 p.

ARANTES, E. C. & HALICKI, Z. Empreendedorismo e Responsabilidade Social. Curitiba: IBPEX, 2011.

CHAGAS, J.; FREITAS, H. A Tomada de Decisão Segundo o Comportamento Empreendedor: um survey na região das Missões. Campinas: Enanpad, 2001. Disponível em: http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/2001/2001_101_Enanpad.pdf. Acesso em: 13. Maio. 2020.

ESCARLATE, L. F. Aprenda a empreender. Brasília: Fundação Roberto Marinho. SEBRAE. 2010. 176P.

OLIVEIRA, D. P. R. Manual de Gestão de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 6 ed. São Paulo. Atlas. 2012

Componente Curricular: Direitos e Deveres do Trabalhador	Carga Horária: 15h
---	--------------------

Ementa: Legislação e normas trabalhistas - Noções básicas.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, O. Reforma trabalhista - CLT e legislação comparadas - Lei 13.467/2017.

Atlas. 2 ed. 2018. 336 p.

ALCANTARA, S. A. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. 3 ed. Intersaberes. 228 p.

BOMFIN, V. C. Princípios Trabalhistas, Novas Profissões, Globalização da Economia e Flexibilização das Normas Trabalhistas. Impetus. 1Ed. 2010. 232 p.

Bibliografia Complementar:

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Direitos e deveres de trabalhadores. Ministério Público do Trabalho. 114 p. Disponível em < http://www.cra-ba.org.br/Adm/FCKimagens/Publica%C3%A7%C3%B5es/CFA_CARTILHA_TRABALHO.pdf > Acesso em 13/05/2020.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO. Cartilha sobre legislação trabalhista. FIRJAN, 2014. 64 p. Disponível em<<https://simperj.simperj.org.br/arquivosSimperj/documentos/convencaoTrabalhista.pdf>> Acesso em 14/05/2020.

ARGOLO, FONSECA E LEAL E ADVOGADOS ASSOCIADOS. Cartilha de direitos trabalhistas. 17 p. Disponível em<<https://afl.adv.br/wp-content/themes/afl/documents/cartilha-direitos-trabalhistas.pdf>> Acesso em: 14/05/2020.

BRASIL. Consolidação das leis de trabalho – CLT. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 189 p.

Componente Curricular: Educação Sócio-Ambiental e Sustentabilidade	Carga Horária: 15h
---	--------------------

Ementa: Noções básicas sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6.938 de 31 de agosto de 1981); Conceito de Meio Ambiente, danos causados ao meio ambiente provenientes de esgotamento sanitário; resíduos sólidos, agrotóxicos e metais pesados; Saúde e meio ambiente; Conceito de sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

BOOF, L. Sustentabilidade: o que é, o que não é. Petrópolis - RJ, Editora Vozes. 2012. 200 p.

BRASIL. Lei. n. 6.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>Acesso em 13/05/2020.

ROSA, A. H.; FRACETO, L. F; MOSCHINI-CARLOS, V. Meio ambiente e Sustentabilidade. São Paulo, Bookman, 2012. 412 p.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, R.; IBRAHIN, F. P. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. Érica-Saraiva. 2014. 176 p.

SCHALCH, V. LEITE, W.C.A.; CASTRO, M.C.A.A. CÓRDOBA, R. E.; CASTRO, M. A. S. Resíduos sólidos: conceitos, gestão e gerenciamento. LTC Exatas Didático, 2019. 512 p.

TRIGUEIRO, A. Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo. O Globo, 2005. 302 p.

MILLER, G. T- SCOTT, E. Ecologia e Sustentabilidade. Tradução da 6ª ed. Americana. CENGAGE - CTP NACIONAL. 2012. 400 p.

BRASIL. Lei. n. 12.305, 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 2010; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm > Acesso em 14/05/2020.

Componente Curricular: O Trabalho com Mídias e Redes Sociais	Carga Horária: 15h
---	--------------------

Ementa: O cenário da comunicação digital na atualidade. Fundamentos das mídias e redes sociais. O profissional de mídias sociais. Consumidor e interatividade. Persuasão e consumo. O consumidor e as empresas nas mídias sociais. Principais mídias sociais e como usá-las. As táticas, tom de linguagem e conteúdo: produção e adequação de conteúdo. Relacionamento com o usuário e gerenciamento de crises.

Bibliografia Básica:

Abreu, Cristiano Nabuco de (Org) Et All. Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Ferreira Junior, Achiles Batista. Marketing Digital: Uma análise do mercado 3.0. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SANDMANN, A. J. A linguagem da propaganda. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Bibliografia Complementar:

Bueno, Wilson da Costa Estratégias de comunicação nas mídias sociais - Barueri, SP: Manole, 2015.

Cardoso, André Lima. Planejamento de Marketing Digital. Como posicionar sua empresa em mídias digitais, blogs, aplicativos móveis e sites. São Paulo: Brasport, 2015.

E-book Marketing Digital, SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/Arquivos-Gratuitos/Ebook-Marketing-Digital>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

Marketing de Conteúdo, Rafael Rez. Disponível em: <http://www.marketingdeconteudo.com.br/marketing-de-conteudo/guia-completo-de-ferramentas-de-marketing-de-conteudo>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

Martino, Luís M.S. **Teoria das mídias digitais** 1ª Ed. Vozes 2014.

Componente Curricular: Proteção Social Básica	Carga Horária: 30h
<p>Ementa: Proteção social básica e especial: pressupostos teóricos. Estruturação dos serviços da proteção social básica e especial. Organização do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Bolsa Família: identificação, recadastramento e acompanhamento das famílias beneficiadas. Intersetorialidade. Índice de Gestão Descentralizada –IGD. Programas de Renda Mínima. Conceito e aspectos históricos da constituição das famílias. Os novos movimentos e arranjos familiares. O trabalho com família no SUAS. Caracterização de riscos sociais e perda de direitos que definem público alvo da proteção social especial. Serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (Paefi). Serviço de proteção a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e sua família. Serviço de acolhimento em famílias acolhedoras, abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, residência inclusiva. Serviços especializados de atendimento à mulher.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.</p> <p>GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social. São Paulo: Neca, 2010.</p> <p>SILVA, Maria Ozanira (Org). A política social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CLETO, Mirna. COVOLAN, Nadia. SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. Saúde e Sociedade Out 2019, Volume 28 nº 3. p. 157 – 170.</p> <p>MACHADO, Martha Toledo. A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Manole, 2001.</p> <p>MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. Revista Katálysis. maio, 2019. volume 22 nº 1. p. 57 – 65.</p> <p>ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.</p> <p>SIMÕES, André. A proteção social na Nova Ordem Econômica Mundial. Sociedade e Estado. Ago 2019, Volume 34 nº 2. p.381 – 402.</p>	

10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem nos componentes curriculares do curso de Formação Inicial Agente de Proteção Social Básica assumirá as funções diagnóstica, formativa e integradora.

Conforme estabelece a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- IV. Por meio da combinação de no mínimo dois e no máximo cinco dos seguintes instrumentos:
 - a) Observação contínua;
 - b) Elaboração de portfólio;
 - c) Trabalhos individuais e/ou coletivos;
 - d) Avaliações escritas;
 - e) Resolução de exercícios;
 - f) Relatórios;
 - g) Provas orais; (IFRR, 2019).

As estratégias e instrumentos de avaliação devem contemplar todas as oportunidades que facilitem ao professor verificar as condições de aprendizagem e permitam os ajustes necessários à implementação exitosa das oportunidades de aprendizagem.

A avaliação do rendimento do estudante do Curso de Formação Inicial Agente de proteção Social Básica na modalidade da Educação a Distância, do IFRR Campus Amajari abrange os seguintes aspectos:

- I. Verificação de frequência;
- II. Avaliação da aprendizagem.

§ 1.º Os docentes também levarão em consideração no processo de avaliação da aprendizagem do estudante, além do conhecimento específico, os seguintes aspectos:

I— Comportamento;

II - Assiduidade e pontualidade;

III - Proatividade;

IV - Valores morais e éticos;

V - Espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

No que tange ao controle de frequência, dentro dos critérios para um curso na modalidade à distância, serão exigidos:

- 75% de frequência na participação das atividades propostas na plataforma, que dispõe de mecanismos próprios para registrar as entradas e o cumprimento das atividades feitas pelos alunos, individualmente;
- Participação cooperativa e efetiva nas atividades de discussão no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

A utilização do Moodle que é uma ferramenta da Educação a Distância, sendo uma estratégia facilitadora para a avaliação do discente, corresponde a 100% do total da nota. Assim, o professor fará uso, de acordo com seu planejamento e ementa do componente curricular, dos diversos recursos tais como: chat; fóruns de discussão; bate papos; atividades de envio de arquivos; questionários; hipertextos; atividades off-line; on-line; wiki; glossários; sopa de palavras; cruzadinhas; avaliações dentre outras.

Será considerado aprovado por média o discente de obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária. Os alunos com menor rendimento de aprendizado serão submetidos à recuperação de forma paralela, priorizando os aspectos qualitativos aos quantitativos, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Como se trata de curso com de oferta totalmente on-line, a infraestrutura que a instituição oferece ao curso incluirá espaços e equipamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo, para que os objetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso sejam alcançados.

Como principais equipamentos e instalações para o curso podemos citar: salas de aula, laboratórios de informática com acesso à Internet; salas de aula com carteiras para os estudantes; mesa e cadeira para professor; quadro branco, pincel e apagador; recursos audiovisuais de qualidade (projetores multimídia e tela de projeção, notebooks, impressoras com scanner, televisores); banheiros e biblioteca.

12. PESSOAL DOCENTE

O corpo docente do Curso FIC em Agente de proteção Social Básica será composto pelos ocupantes do cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Campus/IFRR com formação pertinente ao curso, apresentados no Quadro 02.

Quadro 02: Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso.

	Descrição	Carga Horária do Componente Curricular	Quantidade
1	Licenciado em Sociologia ou Ciências Sociais ou Sociologia Intercultural com habilitação em Ciências Sociais.	30h	2
2	Graduação Serviço Social	30h	2
3	Graduação em Agronomia ou Zootecnia ou Engenharia de Pesca ou Ciências Agrárias ou Tecnólogo em Aquicultura ou áreas afins	15h	1
4	Graduação ou Tecnólogo em Ciências da Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Sistema de Informação.	30h	1
5	Tecnólogo em Segurança no Trabalho ou Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo	15	1
6	Graduação em Administração ou Contador ou Gestor Público	30h	1
7	Graduação em Direito	30h	2
Total de docentes necessários			10

13. CERTIFICAÇÃO

Após a aprovação e integralização do Curso, será conferido ao egresso o Certificado de Qualificação em Agente de Informações Turísticas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.741, de 16/07/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL, 2009. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009/2013. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL, 2017. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. 2010. Organização Acadêmica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL, 2012. Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco- IFPE/SETEC/MEC. Recife.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 671 de 01/08/13. Dispõe sobre o sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente. Brasília, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA (IFRR). Resolução IFRR/CONSUP Nº 139/2013. Aprova o regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC do IFRR. Disponível:

<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2013/resolucao-no-139-conselho-superior> Acesso em: 13/05/2020.

Ministério da Educação e Cultura (MEC). Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> acesso em 12/05/2020.

Ministério da Educação (MEC). Guia Pronatec de cursos FIC 4ªed, 2016. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/pronatec> acesso em 12/05/2020.

Presidência da República sanciona LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 11/05/2020.

VIEIRA, F.M.S. Considerações teórico-metodológicas para elaboração e realização de cursos virtuais. Disponível: http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/642/2005/11/consideracoes_teorico-metodologicas_para_elaboracao_e_realizacao_de_cursos_virtuais_ acesso em 12/05/2020

15. APRECIÇÃO/APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste *Campus*, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

PARECER DA DIREÇÃO-GERAL DO *CAMPUS*

Esta Direção-Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto Pedagógico do Curso.

Justificativa: _____

Data:

Assinatura

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico de Formação Inicial e Continuada Agente de Proteção Social Básica_ Modalidade a Distância

Assunto: Projeto Pedagógico de Formação Inicial e Continuada Agente de Proteção Social Básica_ Modalidade a Distância
Assinado por: Rafael Barros
Tipo do Documento: Plano
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Autenticada Administrativamente

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rafael Pereira Barros, COORDENADOR - FG2 - COEXT (CAM)**, em 26/05/2020 22:52:34.

Este documento foi armazenado no SUAP em 26/05/2020. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1042

Código de Autenticação: 3bc21d0eb7





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA
CONSUP

Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , (95) 3624-1224
www.ifrr.edu.br

Resolução 507/2020 - CONSUP/REITORIA/IFRR, de 26 de junho de 2020.

APROVA AD REFERENDUM O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA-FIC DE AUXILIAR PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a justificativa constante no processo n.º 23230.000082.2020-36,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar, *Ad referendum* do Conselho Superior, o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Auxiliar Pedagógico em Educação a Distância (EaD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme o anexo desta resolução.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de junho de 2020.

SANDRA MARA DE PAULA DIAS BOTELHO
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sandra Mara de Paula Dias Botelho, REITOR - CD1 - REITORIA**, em 26/06/2020 09:21:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 30405

Código de Autenticação: d01b71936d





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS NOVO PARAÍSO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EM AUXILIAR PEDAGÓGICO - EAD

Elaborado por:

ANNA LUCIA NASCIMENTO DA SILVA

ADENILZA FERREIRA DA SILVA

ANDRE RESPLANDES MARTINS

BRAULIO CRISANTO CARVALHO DA CRUZ

CASSIANO HENRIQUE MONTEIRO CORREA RAMOS

DENISE ARAÚJO DA SILVA

JULIANA KAROLINE DANTAS ROCHA

JELSON DE SOUSA OLIVEIRA

MARCONI BOMFIM DE SANTANA

PIERRE PINTO CARDOSO

SAULO PEREIRA BASTOS

I. Dados da Instituição

CNPJ	10.839.508/0001-31
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Calungá
Cidade/UF/CEP	Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220
Telefone	(95) 3624-1224
Coordenador (a) de Extensão no <i>Campus</i>	Anna Lúcia Nascimento da Silva
Coordenador (a) do Projeto	Cassiano Henrique Monteiro Corrêa Ramos

Site de Instituição	www.ifrr.edu.br
---------------------	-----------------

II. Dados do *Campus*

CNPJ	10.839.508/0003-01
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Endereço	BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso
Cidade/UF/CEP	Caracará – RR – CEP: 69.360-000
Telefone	(95) 3532-4100
Site da unidade	http://novoparaíso.ifrr.edu.br/

III. Apresentação do Curso

Nome do Curso	Qualificação profissional em Auxiliar Pedagógico - EaD
Resolução de aprovação	
Características do Curso FIC	Formação Inicial (x) Formação Continuada (x) PROEJA Ensino Fundamental () PROEJA Ensino Médio () PROEJAFIC 200h ()
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária Total	200 horas
Número de Vagas por Turma	Boa Vista(100), Amajari(40), Pacaraima(40), São Luiz(40) e Caracará(40).
Escolaridade mínima	Ensino Médio completo
Data Início e Término	08/06/2020 à 15/08/2020
Dias da semana	Segunda a sexta
Horário	Matutino/Vespertino/Noturno
Forma de Ingresso	Processo Seletivo
Turno	Matutino/Vespertino/Noturno
Regime de Funcionamento	Curso a Distância
Frequência de oferta	Semestral
Local das aulas	Plataforma do Moodle - 100% EAD

1. JUSTIFICATIVA

A formação inicial e continuada é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de jovens e trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para o exercício profissional e/ou elevação da escolaridade.

Os cursos FIC têm como finalidade a qualificação de jovens e trabalhadores, visando promover a formação inicial e continuada em atendimento às demandas do mundo do trabalho, conforme a realidade local, regional e nacional.

O IFRR é uma instituição pública federal que tem a missão de “Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (IFRR, 2019, p. 27).

Dessa forma, visando atender a demanda local e regional é que propomos o curso de

Auxiliar Pedagógico.

Com a oferta do curso Auxiliar Pedagógico pretendemos contribuir com o aprimoramento das competências de estudantes, servidores e comunidade, para atuar, promover e proporcionar o desenvolvimento de trabalhos com qualidade, atendendo às demandas e propiciando um diferencial no serviço prestado à sociedade.

2. O QUE É O PROGRAMA?

Os programas de Formação Inicial e Continuada (FIC) são direcionados à formação de trabalhadores que buscam a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, bem como a elevação de sua escolaridade. Essa inserção por sua vez, deve ser produtiva e exitosa independentemente do nível de escolaridade, por isso, a formação inicial e continuada técnica, tecnológica e científica, tem como objetivo atender às demandas de mercado e setores.

O Decreto nº 5.154/2004 preconiza que uma das formas de oferta da Educação Profissional será por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social e a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores.

De maneira semelhante, a Lei nº 11.892/2008 dispõe sobre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabelece que é um dos objetivos a oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, “objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”. No IFRR, a oferta de cursos é regulamentada por resolução própria.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

Promover a formação de profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, dando-lhes condições para um entendimento da educação e da escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como o desenvolvimento de competências para atuar numa habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social.

3.2. Objetivos Específicos

- Aplicar os princípios da didática e metodologia da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.
- Aplicar conhecimentos específicos para auxiliar na elaboração de Projetos Pedagógicos e Planos de Curso – PPC.
- Compreender os processos de avaliação do ensino e da aprendizagem na educação e na relação pedagógica docente-discente.

4. PÚBLICO ALVO

Para ingresso no Curso FIC de Auxiliar Pedagógico o candidato deverá ter concluído o Ensino Médio, podendo ser estudantes e servidores do IFRR, e candidatos da comunidade externa.

5. METODOLOGIA

O curso FIC em Auxiliar pedagógico será ofertado na modalidade de Educação a Distância e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata

da educação à distância no âmbito da educação nacional. Para tanto, o curso utilizará de Tecnologias da Informação e Comunicação para seu desenvolvimento.

A principal ferramenta para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, o qual já tem sido utilizado por esta Diretoria de Educação a Distância para oferta de cursos. Nesse ambiente, ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para curso.

O desenvolvimento do Curso FIC será baseado em aulas expositivas dialogadas, reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, visando participação do estudante no processo ensino-aprendizagem.

Logo, a fim de permitir o desenvolvimento das competências e habilidades, os docentes poderão utilizar da combinação de várias estratégias didático-pedagógicas, conforme preconiza a Organização Didática em vigor (IFRR, 2018), entre as quais:

I. Aula expositiva dialogada (com esquemas e suportes visuais);

II. Resumos;

III. Lista de discussão por meios informatizados;

IV. Filmes;

V. Uso de tecnologias de informática;

VI. Solução de problemas;

VII. Resolução de exercícios;

VIII. Discussões e debates;

IX. Pesquisa direcionada

A seleção das estratégias dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino a ser entregue por cada docente, de forma que o processo de ensino favoreça o conhecimento obtido de forma individual e em grupo, e que potencialize todas as possibilidades do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa.

Considerando que todo indivíduo possui experiências constituídas por meio das diversas vivências em sociedade, é importante que os docentes conheçam os saberes e as habilidades que os estudantes desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano.

O curso de Auxiliar Pedagógico está organizado em módulo único, com uma carga horária total de 200 horas.

6. REQUISITO E MECANISMO DE ACESSO AO CURSO

A admissão no curso dar-se-á por meio de edital de processo seletivo público,

classificatório e não eliminatório aberto à comunidade, conforme define a Resolução n.º 471 - Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019.

7. PERFIL PROFISSIONAL NA ÁREA DE ATUAÇÃO

O concluinte do Curso de Auxiliar pedagógico deve apresentar um perfil que o habilite a ingressar e permanecer no mundo do trabalho de modo a desempenhar as seguintes habilidades:

- Realizar procedimentos relacionados à área pedagógica.
- Utilizar adequadamente tecnologias aplicadas ao desenvolvimento educacional.
- Auxiliar no acompanhamento da didática e metodologias utilizadas em atividades de sala de aula, da relação docentes/estudantes e do rendimento escolar dos estudantes.
- Auxiliar na elaboração e acompanhamento de projetos pedagógicos e planos de Cursos.
- Compreender seu trabalho como parte de uma carreira que pode ser planejada e gerida visando o desenvolvimento profissional.

Contribuir para o desenvolvimento de ações integradas no âmbito escolar.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O desafio de formar profissionais competentes com foco na cidadania, na humanização dos sujeitos e formação técnica e científica requer como fundamento uma concepção de ensino que privilegie o (re)conhecimento da realidade, a análise reflexiva sobre essa realidade para, a partir daí, agir para transformá-la ou indicar caminhos para a superação das dificuldades.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o currículo contemple não apenas a formação em termos do saber acadêmico em si mesmo, mas que também seja pautado na perspectiva da formação do estudante como sujeito social, que busca compreender criticamente o mundo e o lugar onde vive como realidades inseparáveis.

Tendo em vista essas premissas, o currículo foi elaborado contemplando as competências profissionais fundamentais da habilitação, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o estudante e o professor a vivenciarem o processo de ação-reflexão-ação, a mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades e valores em níveis crescentes de complexidade.

Para tanto, a abordagem dos conhecimentos privilegia os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, agregando competências relacionadas com as novas tecnologias, trabalho individual e em equipe e autonomia para enfrentar diferentes desafios do mundo do trabalho com criatividade e flexibilidade.

O pleno desenvolvimento dessa proposição supõe a materialização de tais princípios na organização curricular do curso, conforme descrito a seguir.

A organização curricular do curso observará as determinações legais presentes na Lei Federal 9.394/96 e no Decreto Federal nº 5.154/2004. Também será pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Profissional.

8.1. Matriz Curricular

Quadro 01: Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

EIXO TECNOLÓGICO: Desenvolvimento Educacional e Social	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Ambientação em AVA	20h
Legislação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica	30h
Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos	20h
Fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais na educação	30h
Tecnologias aplicadas ao desenvolvimento educacional	20h
Métodos e práticas de ensino	30h
Gestão Democrática e Relações interpessoais	20h
Avaliação do Ensino e Aprendizagem na Educação Básica, Técnica e Tecnológica	30h
Total da carga horária dos componentes curriculares	200h

8.2. Ementas

Componente Curricular: Ambientação em AVA.	CH total:
20 horas	
Ementa: Uso de tecnologias e novas ferramentas voltadas para a educação a distância, e aproximação e domínio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do IFRR/EAD utilizado para realização do curso.	

Bibliografia Básica:

FREITAS, M. T. A. (Org.). Cibercultura e Formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda, 2009.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. 2ª. ed. São Paulo, Editora 34, 2000.

MORAES, U. C. Tecnologia educacional e aprendizagem: o uso dos recursos digitais. São Paulo: Livro Pronto, 280 p., 2008.

Bibliografia Complementar:

MOTTA, Rosa A. S. M. et al. Gestão da Tecnologia da Informação em ambientes Educacionais: um relato da experiência de implantação de curso de especialização lato sensu. Resende, RJ: VII SEGeT, 2010.

Componente Curricular: Legislação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

CH total: 30 horas

Ementa: Estudos e Políticas Educacionais Brasileiras. A política educacional no contexto das políticas públicas. Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil; análise de políticas em educação profissional, Educação Básica, e formação docente; produção histórica das políticas e bases legais da Educação Básica, da Educação Profissional, da Educação de Jovens e Adultos e da formação docentes. Organização dos sistemas de ensino.

Bibliografia

CAIRES, V.G. Educação Profissional Brasileira: Da colônia ao PNE 2014-2024. Editora: Editora Vozes; Edição: 1 (9 de agosto de 2018)

FONSECA P. NOVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI 1º Ed. Salvador Asè Editorial 2017

MOLL, J. et. al. Educação profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOLL, J. et. al. Educação profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL, 2017. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Componente Curricular: Educação Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos

CH total: 20 horas

Ementa: O ajuste da escola para todos os sujeitos. Princípios da cultura inclusiva no âmbito da comunidade escolar. Reflexões sobre a formação do professor para Educação Inclusiva. A sala de aula inclusiva: o cotidiano professor/aluno na inclusão. Políticas Públicas da acessibilidade e da inclusão social. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil; planos e programas da Educação de Jovens e Adultos; marcos regulatórios e programas destinados à profissionalização de jovens e adultos; a integração da EJA com a Educação Profissional. A história da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Relações entre exclusão social, educação e as políticas de inclusão nas últimas décadas.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/2000 e Resolução CNE/CEB n. 1/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: MEC, maio de 2000.

_____. Decreto n. 5.840, de 13 de junho de 2006. institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial. -. MEC; SEESP, 2001.

PAIVA, J.; OLIVEIRA, I. Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis: DP RI Sili, 2009.

Componente Curricular: Fundamentos socioeconômicos, políticos e culturais na educação.

CH total: 30 horas

Ementa: Os conceitos e objetos da sociologia e da educação. Conceitos de comunidade e sociedade. Diagnóstico sociológico da realidade. As teorias sociológicas e tendências ideológicas na educação. O Estado e as relações saber x poder. Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas em educação, com ênfase na educação profissional.

Bibliografia

BARCELLOS, Carlos Alberto. Fundamentos sociológicos da educação para a cidadania. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/cartilhas/cidadan/cap2.htm>. Acesso em 01/06/2005

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. São Paulo: Papyrus, 1988.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e Educação. São Paulo: Melhoramentos, 1967

MELO, A. Fundamentos socioculturais da educação. InterSaberes 1 Ed. 2012.

LUCKESI, C. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 2005

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Autores Associados. Campinas. SP.1991.

TORRES, Carlos Alberto. Sociologia Política da Educação. Coleção Questões de Nossa Época. Vol. 09. Cortez. São Paulo, SP. 1993.

Componente Curricular: Tecnologias aplicadas ao desenvolvimento educacional

CH total: 20 horas

Ementa: Educação e tecnologia: relações e implicações no contexto educacional. A informática como um dos recursos tecnológicos. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC no ambiente escolar. Os microcomputadores como recursos de organização e administração da escola. Os recursos da informática para a educação. Navegação na internet. Acesso e utilização de portais educacionais.

Bibliografia

BEHRENS, Marilda Aparecida. O Paradigma emergente e a prática pedagógica.

Campinas: Papyrus, 2010. (8 exemplares)

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. Campinas, São Paulo: Autores

Associados, 2009 (4 exemplares)

CHRISTENSEN, C.M. Inovação na Sala de Aula: Como a Inovação Disruptiva Muda a Forma de Aprender. Editora: Bookman; Edição: 1 (1 de janeiro de 2012)

LEMONS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.

Porto Alegre: Sulina, 2010. (10 exemplares)

LEVY, Pierre. As Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da

informática. Rio de Janeiro : Coleção Trans, 2005 (6 exemplares)

SANCHO, J. M. para Transformar a Educação. Editora: Penso; Edição: 1 (1 de janeiro de 2006)

Componente Curricular: Métodos e práticas de ensino CH total: 30 horas

Ementa: Prática educativa, pedagogia e didática. O planejamento da ação didática. A formulação de objetivos educacionais. Os métodos de ensino. Procedimentos de ensino-aprendizagem individualizantes, socializantes e sócio-individualizantes. Motivação e incentivo ao ensino e à aprendizagem.

Bibliografia

BACICH, L. e MORAN, J. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prático. Editora: Penso; Edição: 1, 2017

SANT'ANNA, I.; MENEGOLLA, M. Didática: aprender a ensinar. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

VEIGA, I.; ALENCASTRO, P. (org). Didática: ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996.

RANGEL, Mary. Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas. Magistério, formação e trabalho pedagógico. ISBN: 85-308-0774-X. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

Componente Curricular: Gestão Democrática e Relações Interpessoais

CH total: 20 horas

Ementa: Princípios, diretrizes e experiências da Gestão Democrática. Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas em educação, com ênfase na educação profissional. Liderança na educação. Funcionamento dos grupos: processo, conflito e equipe. Habilidades e competências educacionais para gestão de pessoas. Criatividade e comunicação. As relações interpessoais como fator de desenvolvimento de comportamentos adequados para a socialização do educando.

Bibliografia

CARVALHO,, M. C. N. Relacionamento Interpessoal. Editora: LTC; Edição: 1 (27 de junho de 2017).

HORA, D. L. Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva. Editora: Papirus Editora (19 de outubro de 2016).

FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

MENDONÇA, E. F. Estado patrimonial e gestão democrática. In Educação e Sociedade, Campinas, ano XXII, n. 75, agosto/2001, pp.84-110.

PARO, V. H. Gestão Democrática da Escola Pública. Editora: Cortez; Edição: 4ª, 2016.

SILVA, A.; SANTOS, R. Relação professor-aluno: uma reflexão dos problemas educacionais. Belém: Universidade da Amazônia, 2002.

Componente Curricular: Avaliação do Ensino e Aprendizagem na Educação Básica, Técnica e Tecnológica.

CH total: 30 horas

Ementa: Abordagens teórico-práticas do processo de ensino e aprendizagem. Currículo integrado e práticas interdisciplinares na escola. Princípios teórico-práticos da Educação Básica e Profissional. Planejamento, avaliação e práticas de ensino para a Educação Básica e Profissional.

Bibliografia

BACICH, L. Personalização e Tecnologia na Educação. Editora: Penso; Edição: 1 (1 de janeiro de 2015).

BERGMANN, J; SAMS, A. Sala de Aula Invertida: Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Editora: LTC; Edição: 1 (15 de março de 2016)

DEPRESBITERIS, L. Diversificar é preciso...: Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem. Editora: Senac São Paulo; Edição: 1 (13 de setembro de 2017).

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem como prática mediadora deve possibilitar um acompanhamento contínuo e sistemático do processo de ensino-aprendizagem do estudante. Dessa forma, a avaliação é concebida como uma dimensão do processo de ensino-aprendizagem e não apenas como momentos isolados desse mesmo processo. É importante que as práticas avaliativas considerem tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o resultado alcançado.

Desse modo, conforme estabelece a Resolução n.º 471 – Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deverá ocorrer:

- I. No início do curso, de forma diagnóstica, para subsidiar a prática do docente;
- II. Ao longo do curso, de forma a redimensionar a prática do docente e orientar as estratégias de aprendizagem do estudante;
- III. De forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;

A evolução da aprendizagem do estudante será registrada no Ambiente Virtual de Aprendizagem e em diários de classe específicos.

Além dos instrumentos referentes à verificação do conhecimento específico, o processo de avaliação também deverá considerar a prática de aspectos atitudinais, que corroboram com a formação geral do estudante, como comportamento; assiduidade e pontualidade; proatividade; valores morais e éticos; e espírito de solidariedade, companheirismo, respeito ao outro e ao bem comum.

A avaliação da aprendizagem do curso será expressa em notas, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Será considerado aprovado por média o estudante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do curso, sendo efetuado o registro no Diário de Classe, devendo, os estudantes com menor rendimento de aprendizado, ser submetidos à recuperação de forma paralela, numa concepção de avaliação da aprendizagem processual, contínua, cumulativa e formativa.

10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Como se trata de curso com oferta totalmente on-line, a infraestrutura que a instituição oferece ao curso incluirá espaços e equipamentos para docentes e pessoal técnico-administrativo, para que os objetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso sejam alcançados.

Como principais equipamentos e instalações para o curso podemos citar:

1. Dezesesseis salas de aula amplas, climatizadas, com iluminação adequada e limpas diariamente. Equipadas com carteiras para acadêmicos, quadro em vidro temperado, mesa e cadeira para professor regente, e cada sala conta com um (01) televisor de 55

polegadas como recurso multimídia a ser utilizado nas aulas. Conta também com 06 Datashow multimídia, (02) caixas de som e (02) microfones;

2. Um Ginásio Poliesportivo com capacidade para 600 pessoas, com academia aparelhada para musculação e exercícios físicos, sala de apoio com uma estação de trabalho (mesa e computador), banheiros/vestiários masculino e feminino, depósito para materiais esportivos com estantes e armários, uma quadra poliesportiva;
3. Auditório e cinema com capacidade para 55 pessoas devidamente acomodadas com poltronas, mesas e púlpito. O espaço ainda conta com projetor multimídia, tela de projeção e sistema de áudio amplificado (Home Theater);
4. Biblioteca com espaço físico de 466,82 m², com espaços e salas climatizadas e bem iluminadas. A biblioteca do Campus Novo Paraíso dispõe de acervo composto mais de 8 mil exemplares de livros e folhetos; 232 CDs e DVDs e 455 periódicos, sendo o acervo gerenciado pelo software Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum;
5. Espaço de Convivência com cobertura e arquibancada para 100 pessoas, com iluminação, palco para eventos e acesso à rede sem fio;
6. Refeitório com capacidade para atender aproximadamente 500 pessoas. Conta com mesas e cadeiras em número suficiente para sua capacidade, um balcão térmico para alimentos, um banheiro coletivo e um televisor, conta ainda com climatização, iluminação e acesso à internet;
7. Para atender servidores e alunos, o Campus conta com dois (02) complexos de banheiros coletivos, sendo dois (02) banheiros masculinos e dois (02) femininos, além de dois (02) vestiário, sendo um masculino e outro feminino;

O *Campus* possui (07)) laboratórios para auxiliar nas práticas pedagógicas bem como nos projetos de pesquisa e extensão, sendo: Laboratório de Química/Biologia, Laboratório de Agroindústria, Laboratório de Sementes, Laboratório de Solos, Laboratório de Física/Matemática, Laboratório de Microbiologia e Laboratório de Informática com 30 computadores com acesso à internet.

11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo de apoio do Curso FIC em Auxiliar Pedagógico será composto pelos ocupantes do cargo de professor formador e professor mediador Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do *Campus*/IFRR com formação pertinente ao curso, apresentados no Quadro 02 e 03.

Quadro 02 - Pessoal Docente necessário ao funcionamento do curso.

	Descrição	Carga Horária do Componente Curricular	Quantidade
--	-----------	--	------------

1	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	30h	1
2	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	20h	1
3	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	30h	1
4	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	20h	1
5	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	30h	1
6	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação e m EaD.	20h	1

7	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	30h	1
8	Profissional com Graduação ou Tecnólogo em Ciência da Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Sistema de informação e áreas afins, com experiência em Ambiente Virtual de Aprendizagem e/ou capacitação em EaD.	20h	1
Total de docentes necessários			8

Quadro 03: Professor mediador (Tutor) necessário ao funcionamento do curso.

Eixo Tecnológico	NOME DO CURSO/CARGA HORÁRIA	Localidade da oferta	Requisitos necessários	Quantidade
		Boa Vista	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia, com experiência em Educação a Distância e/ou capacitação em EaD.	2

**Desenvolvimento
Social e
Educativo**

**Auxiliar
Pedagógico
(200h)**

Amajari	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia com capacitação em EAD ou experiência em Educação a Distância	1
Caracaraí	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia com capacitação em EAD ou experiência em Educação a Distância	1
Pacaraima	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia com capacitação em EAD ou experiência em Educação a Distância	1

		São Luiz	Profissional com Graduação ou Licenciatura em Pedagogia com capacitação em EAD ou experiência em Educação a Distância	1
Total de professores tutores necessários				06

12. CERTIFICADO EXPEDIDO AOS CONCLUINTES DO CURSO

Os alunos que concluírem o curso e obtiverem a frequência mínima de 75% e um aproveitamento mínimo de 70% nos componentes curriculares receberão o Certificado de Qualificação Profissional em: Auxiliar Pedagógico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Lei nº 11.741, de 16/07/2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília/DF: 2008.

_____. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

BRASIL, 2017. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Resolução CNE/CEB nº 01/2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília/DF: 2005.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019-2023. 2019.

_____. Resolução n.º 471 - Conselho Superior, de 17 de outubro de 2019. Aprova a reformulação do regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFRR.

_____. Resolução n.º 338, de 1º de fevereiro de 2018. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR.

PIAGET, Jean. Aprendizagem e Conhecimento. São Paulo: Freitas Bastos, 1983.

APRECIÇÃO / APROVAÇÃO INTERNA DO PROJETO / PROGRAMA / ATIVIDADE

PARECER DA DIRETORIA / COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a Política de Extensão do IFRR é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data: 26 de maio de 2020

Nome: Anna Lúcia Nascimento da Silva

PARECER DA DIRETORIA / COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO *CAMPUS*

Esta Diretoria / Coordenação, considerando a dotação financeira e orçamentária deste Campus, é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão.

Data: 26 de maio de 2020

Nome: Oritha Andrea Moraes Cardoso de Souza

PARECER DA DIREÇÃO-GERAL DO *CAMPUS*

Esta Direção-Geral, considerando os pareceres anteriores é de parecer:

() Favorável () Desfavorável à aprovação deste Projeto / Programa / Atividade de Extensão

Data: 26 de maio de 2020

Nome: Eliezer Nunes Silva

Documento assinado eletronicamente por:

- **Oritha Andrea Moraes Cardoso de Souza**, DIRETOR DE DEPARTAMENTO - SUB-CHEFIA - DAP (CNP), em 26/05/2020 16:04:01.
- **Eliezer Nunes Silva**, DIRETOR GERAL - CD2 - DG (CNP), em 26/05/2020 16:00:04.
- **Anna Lucia Nascimento da Silva**, COORDENADOR - FG1 - COEXT (CNP), em 26/05/2020 15:52:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/05/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 25054

Código de Autenticação: ac52c8e4d0

